



Diálogos

ISSN 2177-2940



Uma confraria para salvar a história da imigração e colonização alemã do esquecimento: o Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) e suas escritas

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v26i2.59412>

Daniel Luciano Gevehr

 <http://orcid.org/0000-0003-1815-4457>

Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Taquara-RS, BR E-mail: danielgevehr@hotmail.com

Rodrigo Luis dos Santos

 <https://orcid.org/0000-0003-3447-6026>

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo-RS, BR E-mail: rluis.historia@gmail.com

A confraternity to save the history of German immigration and colonization of oblivion: the Historical Institute of St. Leopold (IHSL) and its writings

Abstract: The creation and performance of the Historical Institute of São Leopoldo (IHSL) and the Historical Museum Visconde de São Leopoldo (MHVSL) and their relations with the production and transmission of narratives about the history of German heritage and colonization in Rio Grande do Sul are discussed. Having the formation of the first scientific associations in Brazil, as a starting point for analysis, we seek to understand the context of evolution and the performance of these associations, which are focused on research and the construction of narratives about the past, especially on the heritage German, led by IHSL.

Key words: Scientific associations; German Immigration; Narrative; Historical Institute of São Leopoldo; Historical Museum Visconde de São Leopoldo.

Una hermandad para salvar del olvido la historia de la inmigración y la colonización alemanas: el Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) y sus escritos

Resumen: Se discute la creación y funcionamiento del Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) y el Museo Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) y su relación con la producción y difusión de narrativas sobre la historia de la inmigración y colonización alemana en Rio Grande. . Desde el Sur. Con la formación de las primeras asociaciones científicas en Brasil, como punto de partida para el análisis, buscamos comprender el contexto de emergencia y el desempeño de estas asociaciones, que se enfocan en la investigación y la construcción de narrativas sobre el pasado. , especialmente sobre la inmigración alemana, liderada por la IHSL.

Palabras clave: Asociaciones científicas; inmigración alemana; Narrativo; Instituto Histórico de São Leopoldo; Museo Histórico Visconde de São Leopoldo.

Uma confraria para salvar a história da imigração e colonização alemã do esquecimento: o Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) e suas escritas

Resumo: Discute-se a criação e atuação do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) e do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) e suas relações com a produção e difusão de narrativas sobre a história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul. Tendo a formação das primeiras associações científicas no Brasil, como ponto de partida para análise, se busca compreender o contexto de surgimento e a atuação destas associações, que se voltam para a pesquisa e a construção de narrativas sobre o passado, em especial sobre a imigração alemã, protagonizada pelo IHSL.

Palavras-chave: Associações científicas; Imigração Alemã; Narrativa; Instituto Histórico de São Leopoldo; Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Recebido em: 25/05/2021

Aprovado em: 17/10/2022

A produção da narrativa é, sem dúvida, um campo vasto e complexo para se pensar a produção do conhecimento histórico e sobre seus espaços de produção. Como afirma KEARNEY (2012, p.410), que faz pensar sobre essa questão, “a narrativa não vai acabar, pois sempre haverá alguém para dizer conta-me uma história, e alguém que responderá era uma vez.”

Nesse campo, pensar no papel das elites, sejam econômica, social, cultural, religiosa, requer uma ampla reflexão sobre o processo que envolve a formação “das intelectualidades”, dos “homens da ciência” e das *associações* e *agregações* que se constituem a partir de um ponto de convergência, que é o da produção e difusão do conhecimento. A partir disso, se pode pensar nas consequências que essas produções exercem no imaginário social coletivo e, de que forma, elas estabelecem conexões possíveis com o campo da circulação das ideias.

Inicia-se o debate pela Europa, onde desde o século XIX, o espaço da Universidade promoveu uma série de reuniões, de natureza científica, o que contribuiu significativamente para a circulação das ideias, as trocas de experiências e a publicação de novos conhecimentos e descobertas. Esse contexto produziu uma nova realidade cultural, na qual os homens da ciência e os intelectuais, de diversas nacionalidades, favoreceram um ambiente de renovação e crítica sobre o conhecimento científico, que se expandia a passos largos.

Essas produções, por sua vez, passaram a ser alvo de registro, por parte dessas comunidades científicas, preocupadas com a publicação e difusão de suas ideias, no meio social. Dessa necessidade nasceu a ideia de publicar, de forma cada vez mais sistemática, cadernos de pesquisa, denominados então de Anais, que passaram a representar um extenso inventário (GUIMARÃES, 2004).

A formação de uma elite intelectual, resultou, principalmente, da convergência de uma série de iniciativas, muitas vezes de caráter doméstico, dos novos produtores culturais, que lutaram a favor de uma renovação das ciências e do aparecimento de associações e instituições internacionais e regionais, que acabaram desempenhando um papel fundamental na defesa da modernização da produção científica e também, da educação superior - no âmbito das Universidades - o que pode ser facilmente percebido na área da ciência social em particular (BLANCO, 2007).

O processo de institucionalização e sistematização da - cada vez mais vasta - produção científica, é resultado de uma série de iniciativas locais, regionais e internacionais, que contou com diferentes articulações, como também de projetos de diferentes sujeitos, que naturalmente apresentam interesses [políticos, cognitivos, étnicos, de classe e institucionais], que na medida em que convergiram para um mesmo sentido, resultaram na criação de instituições e grupos, que passam a contar com significativo grau de articulação (BLANCO, 2007).

Aproximando essa trajetória, que se inicia na Europa, com o contexto latino-americano,

Beigel (2017) afirma que os cientistas - compreendidos pela autora como aqueles que produzem as diferentes formas de conhecimento - não são, propriamente, protagonistas das lutas identitárias no espaço latino-americano. Entretanto, sustenta que esses tiveram participação ativa, nas disputas culturais e políticas, no processo de difusão e circulação de ideias e, também de produção e circulação de conhecimento, sobre as diferentes realidades e processos históricos de formação dos territórios no continente latino-americano.

Beigel (2017) destaca que se construiu, historicamente, um sistema acadêmico mundial, que produziu modificações na “geografia científica”, através de um vasto sistema classificatório de publicações, que procurou universalizar a forma e o estilo de escrita. Com isso, acabou se hierarquizando as formas de produção de conhecimento, entre aquelas que eram consideradas “mais” ou “menos” acadêmicas e dotadas de prestígio social. Isso permitiu que diversos espaços de pesquisa - como é o nosso caso dos Institutos Históricos - passassem a ser percebidos, algumas vezes, como *lugares periféricos*.

Com suas publicações, que na maioria das vezes, se apresentam em Anais - reúne produções dos seminários e congressos realizados por essas instituições – e muitas vezes acabaram sendo percebidos, especialmente pela academia, com “menor valor” e “rigor científico”. A organização dessas instituições, permite ainda, compreender “a dinâmica endógena” (BIEGEL, 2017) dos campos periféricos de produção e circulação de narrativas sobre o passado das sociedades nas quais estão inseridos.

“Contar histórias” é um processo que envolve atores e agentes. Ou seja, é algo do qual se participa, como ator, e também que se faz, como agente. Com isso, se está sujeito “à” narrativa assim como somos sujeitos “da” narrativa. Como mostra Kearney (2012), é essa relação que faz da existência humana, um espécie de tecido social, constituído pelas histórias ouvidas e contadas. Acrescenta que, nascemos e produzimos conhecimento histórico, no contexto de uma certa *historicidade intersubjetiva*, que é herdada com a linguagem, a ancestralidade e o próprio código genético (KEARNEY, 2012)

A escrita da história é, portanto, um processo que envolve subjetividade, uma vez que contar - e escrever - história, não é uma ação neutra, sendo que a própria narrativa denuncia “uma carga avaliativa” (Ibidem, p.429) em relação ao cenário e ao enredo apresentados. Essa proposição vem ao encontro daquilo que Cardoso (2007) afirma quando analisa a produção das narrativas sobre o passado. De acordo com sua teoria, as narrativas podem ser compreendidas como produtoras de “ordenamentos” e, também, como “manifestações simbólicas” de ideologias, além de demonstrar elementos de dimensão poética, que acabam produzindo significados e signos, com a finalidade de *narrar o mundo* (CARDOSO, 2007).

Deve-se questionar os papéis exercidos pelos intelectuais que se inscrevem naquilo que os autores chamam de “estruturas de sociabilidade” ou “redes”, nas quais os sujeitos que narram as histórias se inserem. Nessas redes, deve-se observar os “espaços em torno dos quais eles se constroem – sejam tais espaços salões literários, a redação de uma revista ou o conselho editorial de uma editora” (IUMATTI; NICODEMO, 2018, p.101) e também as “forças de adesão – pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, as cisões advindas” (Ibidem, p.101).

Não se pode esquecer das “redes domésticas e das estruturas de sociabilidade” (Ibidem, p.103-104), baseadas em relações de afeto, que são bastante próximas, do lugar de produção, que os autores chamam de “microclimas” - ou seja, o espaço de *produção local* - além, é claro, das redes de produção de *identidades regionais*, através das quais se fazem as trocas e a circulação dos saberes produzidos (Ibidem, p.103-104).

De acordo com Iumatti e Nicodemo (2018) é sobretudo entre os séculos XIX e XX que temos no Brasil um período de transição, ainda que em diferentes graus, daquilo que pode se chamar de “intelectual polígrafo”, que possuía habilidade de trabalhar com um saber especializado no âmbito da Universidade e de outras instituições de pesquisa, como museus, arquivos, institutos e bibliotecas. Essa progressiva especialização, disciplinarização e até mesmo profissionalização dos conhecimentos, contribuiu significativamente para a formação desses círculos de pesquisadores, que passam a se ocupar com pesquisas sobre a história local e regional.

Para tanto, contribuem a oferta cada vez maior de uma documentação de caráter pessoal e institucional, que dá visibilidade e “voz” àqueles que se consideram protagonistas do processo histórico local/regional, na perspectiva apresentada por Sirinelli (2003, p.234), para quem a discussão “empreendida pela via indireta da história dos engajamentos individuais, ela [a história dos intelectuais] se situava – duplo efeito! – no cruzamento da biografia e do político”. A formação e consolidação dos lugares voltados à escrita da história, contribuíram para a produção de narrativas plurais da historiografia regional.

É pertinente trazer algumas reflexões sobre a constituição e os usos da história local, partindo de algum pressupostos de cunho mais teórico e conceitual. É necessário compreender o enquadramento contextual no qual essas construções narrativas da história local são empreendidas, assim como as mudanças conceituais e metodológicas que este tipo de historiografia vem vivenciando nas últimas décadas, mesmo que em passos ainda lentos. Em suma, é possível distinguir um tipo de abordagem reduzida e “localista”, amplamente divulgada em torno da história local, de uma nova concepção, alinhada com pressupostos mais robustos, como a Micro-História, que analisam o local em uma metodologia comparativa, contrastiva e crítica. Assim, não se trata de

vislumbrar o “local pelo local”, mas percebendo complexidades e dinâmicas ali presentes. Esse panorama nos oferece condições de entender o processo evolutivo das próprias abordagens historiográficas realizadas pelo IHSL ao longo dos últimos 45 anos.

No horizonte da historiografia brasileira, a história local ocupa um lugar marginalizado, sendo considerada como um modelo narrativo inferior. Em boa medida, esse descrédito se deve ao cunho diletante e subjetivo que ainda estão presentes em muitas das produções alinhadas com esse campo de pesquisa. Por outro lado, se a história local gera relutância entre os pesquisadores acadêmicos, ela goza de considerável receptividade entre o meio social mais amplo, alheios aos debates teóricos e metodológicos da academia. Neste interim, conforme Eugenio Piñero (1990), é necessária uma definição conceitual do discurso historiográfico, para que seja devidamente conferido ou não o selo de cientificidade ao discurso produzido e difundido. A história local, deveras, ocupa um limiar ente a História e a Literatura, onde nem sempre é aplicado o rigor teórico e metodológico da primeira, estando mais próxima da construção literária dos fatos analisados, dos objetos, fontes e sujeitos descritos.

Entrementes, a historiografia contemporânea não é marcada pela homogeneidade, seja ela discursiva, conceitual, metodológica ou nas fontes utilizadas para sua fundamentação empírica. Como acentua Burke (2002, p. 30), ela é resultado da proposição de um “novo tipo de história”, proposta em países como Estados Unidos, França e Alemanha através da ação político-intelectual de historiadores como Turner, Bloch, Febvre e Lamprecht, no início do século XX. Assim, múltiplas tendências surgiram e ocuparam diferentes espaços no campo de disputas envolvendo o poder da narrativa do passado-presente. E não raramente, especialmente nas últimas três décadas, essas tendências fazem uso de recursos narrativos, biográficos e de fontes oriundas de uma perspectiva mais diletante do fazer histórico. Percebendo esse processo, Silvio Correa chama atenção para o fato de que

[...] contudo, o local é histórico e continua sendo mesmo em época de globalização. As abordagens e as diferentes perspectivas historiográficas permitem reconstruir o passado local de forma nova, e isso não tem nada de paradoxal. Micro-história, Eco-história e História das Paisagens foram algumas das possibilidades interpretativas sugeridas para a construção de conhecimento histórico de uma comunidade local (CORREA, 2002, p. 28).

Quando dirigimos nosso olhar para a produção da história local advinda da região Sul do Brasil, especialmente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, em grande medida é perceptível que ela estava – e muitas vezes ainda está – desprovida de um arcabouço teórico e metodológico mais alinhado com o processo historiográfico acadêmico ou profissional. Somado a esse elemento,

também cede lançarmos luzes sobre o perfil, ainda fortemente marcante, daqueles que se dedicam ao trabalho de “reconstruir” o passado das localidades interioranas, especialmente aquelas de origem imigrante. Em termos gerais, vemos a presença acentuada de clérigos – sejam católicos ou protestantes –, profissionais liberais ou autodidatas. Mas também nos deparamos com indivíduos que passaram pelas salas das universidades escrevendo uma história local simplista e pouco crítica, se detendo ao discurso narrativo e deixando o caráter exploratório de lado. Assim, como consequência, o caráter dessa construção historiográfica se acentua(va) em resumos biográficos cronológicos, nas genealogias rasas e na memória e perpetuação de “grandes homens e grandes feitos”.

Embora, por questões lógicas, não tenhamos condições de empreender uma análise pormenorizada de toda a produção feita pelo IHSL e seus associados ao longo das últimas quatro décadas, é importante acentuar que o processo de redirecionamento da escrita histórica local está presente, pendulando de uma narrativa laudatória para uma dimensão mais crítica, ao sabor dos ventos das evoluções historiográficas vindas de outras partes do mundo, especialmente da Europa, a partir da década de 1980.

Os Institutos Históricos na formação do pensamento ilustrado no Brasil

O meio acadêmico universitário brasileiro começou a se desenvolver, de forma mais expressiva, somente a partir do final da década de 1930, alinhado com as transformações políticas e culturais trazidas pela Era Vargas. Até então, percebe-se claramente que coube, especialmente às associações científicas [que na maioria das vezes originou-se fora do meio acadêmico das Universidades] e aos redutos de letrados e intelectuais, o fomento das primeiras atividades voltadas à promoção do pensamento científico, como as jornadas acadêmicas e encontros regionais/nacionais de pesquisa de diversas áreas da ciência.

Deve-se, antes de mais nada, reconhecer a importância dos estudos publicados por importantes autores brasileiros, que escreveram textos fundamentais, sobre a formação das elites e das instituições científicas no Brasil, como Sergio Miceli, Lilia Schwarcz, Maria Margareth Lopes e, também sobre a historiografia produzida sobre os indígenas no Brasil, como são os casos de John Monteiro e Manuela Carneiro da Cunha. Esses autores contribuem, de forma basilar, para se pensar o processo histórico no qual se inscreve a produção dos saberes sobre a nação, a partir do olhar das elites intelectuais e da constituição das instituições científicas no Brasil.

Entretanto, em se tratando do extremo sul do Brasil, ainda são poucos os trabalhos publicados que problematizam as instituições de pesquisa, enquanto espaços de memória e de registro e produção de fontes, especialmente em contextos nos quais a identidade étnica se torna um

elemento importante que reúne, aproxima e dá sentido a existência dessas instituições, como é o caso do IHSL.

No caso das Ciências Humanas e, de forma mais particular, dos estudos históricos, foi o Instituto Histórico o órgão responsável pela organização dos quatros primeiros eventos científicos voltados à socialização de pesquisas no campo da história. Como parte dessa trajetória inicial, tem-se os três primeiros congressos de “história nacional”, (1914, 1931 e 1938) e o I Congresso Internacional de História da América, que foi realizado em 1922, data em que se comemorou o centenário da Independência do Brasil (GUIMARÃES, 2004).

Ainda que se considere o início do século XX, como um momento de protagonismo da história acadêmica no Brasil, deve-se lembrar que antes disso, ainda nas primeiras décadas do século XIX, logo após a independência política, se pensou na criação de uma instituição voltada ao registro da memória. Conforme mostra o Art. 1º do Estatuto de 1838, que cria o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), são objetivos da instituição de memória “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil...” (IHGB, 2019, p.1).

O IHGB reúne mais de 160.000 documentos, como papéis oficiais e cópias de época, álbuns e fotos. Como parte de suas atividades científicas, o IHGB criou a Revista do IHGB, em 1839, para divulgar o conhecimento sobre a história e a geografia brasileiras, tornando-se, inclusive, uma das mais antigas publicações especializadas do Ocidente.

O IHGB criou em 1851 um museu, cuja missão é recolher e organizar materiais referentes à História e a Geografia do país. O primeiro diretor foi Francisco Adolfo de Varnhagen, futuro Visconde de Porto Seguro. Os objetos que constituem sua expografia são resultado de diversas expedições científicas realizadas pelo Brasil, além de reunir obras de arte e documentos originários de arquivos públicos e privados, que buscam, “cada um desses objetos, através do seu valor simbólico, reflete um pouco da formação e do empenho do Instituto na preservação da Memória Nacional” (IHGB, 2019, p.1).

De acordo com Oliveira (2010, p.38), que se vale da ideia apresentada por Luiz Francisco da Veiga, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), se pode melhor compreender a concepção de história, presente no momento da criação do IHGB. Nas palavras de Veiga, o IHGB se colocava como responsável por escrever a verdadeira história do Brasil, “a história real”, que valorizava os heróis e seus feitos, contribuindo para a afirmação da “verdadeira história.”

Deve-se considerar, entretanto, que a composição do instituto seguia uma lógica própria, que legitimava e dava “voz” àqueles que se faziam presentes através da sua condição social e pelas relações de sociabilidade, formando uma verdadeira “rede”:

Dentro de seus propósitos de construir um saber específico sobre a nação brasileira, é preciso lembrar, contudo, que o IHGB organizou-se, nos primeiros anos, segundo princípios não estritamente regidos pelo mérito intelectual acadêmico, mas bem mais próximos de uma sociedade de corte, fundada na hierarquia de funções e papéis sociais (Ibidem, p.163).

As produções resultantes das atividades de pesquisa realizadas no IHGB expressam o objetivo de dar visibilidade e, até mesmo, prestar homenagem aos grandes vultos da história nacional. As publicações do IHGB legitimam, também, a força civilizadora do império, uma vez que nelas, os indígenas são apresentados como entrave ao desenvolvimento e à ocupação do território brasileiro. Para o autor “mesmo que os membros do Instituto Histórico em geral não defendessem os meios violentos de dizimação dos índios, sustentavam que sua presença em territórios recém-abertos à exploração era um entrave para a colonização daquelas áreas (KODAMA, 2010, p.257).

O autor acrescenta que “se, por um lado, os debates referentes aos índios, que oscilaram entre o extermínio e a assimilação, estabeleceram um lugar discursivo para eles na história por meio dos estudos etnográficos, por outro, conduziram ao próprio processo de ‘invisibilização’” (Ibidem, p.258). Esse processo, segundo o autor, está diretamente associado ao movimento de expansão das “ações civilizatórias” do Estado, na medida em que “o ponto crucial que formula essa etnografia é a relação que então se fundamenta entre esse saber e a história, no qual o discurso sobre o ‘outro’ passa a ser o reflexo invertido da civilização” (Ibidem, p.258).

Investidos de uma nova responsabilidade, de escrever no contexto de transformações das primeiras décadas do século XX e na qual a história era repensada em termos paradigmáticos - os membros e colaboradores do IHGB se viram diante da “ideia de que a história escrita representava o ponto de chegada da difícil peregrinação em busca das marcas do passado e do esforço concomitante para submeter todos os vestígios a uma ordenação narrativa, passaria a circunscrever as qualificações do ‘verdadeiro’ historiador” (Ibidem, p.43).

Nas primeiras edições do Congresso de História [1914, 1931 e 1938] os temas recorrentes foram o protagonismo português no processo de formação do Brasil, exaltando a ação civilizadora e a presença da Igreja Católica na formação social e cultural da nação. Já em 1949, por indicação do historiador Pedro Calmon, e com o propósito de celebrar os 400 anos da fundação de Salvador (BA) e da criação do Governo Geral, o IHGB promoveu o IV Congresso de História Nacional. O tema central do evento científico foi o período colonial, contando com pesquisadores nacionais e estrangeiros, priorizando-se a presença de portugueses, uma vez que pretendia-se privilegiar a história da América Portuguesa (GUIMARÃES, 2004).

A partir da segunda metade do século XIX, a Europa viu um progressivo aumento da realização de eventos de caráter científico, em especial de congressos internacionais, que se multiplicaram pelo continente. O protagonismo desses eventos coube à Paris, que ocupou o lugar de protagonista e uma espécie “de capital” desses eventos. Somava-se a esses congressos, a ocorrência das exposições universais [1878, 1889 e 1900], que chamavam a atenção global para a capital francesa, e que acabaram dando expressiva visibilidade à cidade, como hospedeira de grandes eventos internacionais.

Na perspectiva da matriz europeia, que influenciou decisivamente a formulação das ações do IHGB, ocorre em 1922 por iniciativa do IHGB, o I Congresso Internacional de História da América. Também conhecido como Congresso de História da América, o evento, ao contrário dos demais realizados, foi de caráter internacional, seguindo a tendência de internacionalização dos eventos europeus e buscando aproximar as discussões realizadas em âmbito nacional com as pesquisas realizadas por pesquisadores de outros países, em especial os latino-americanos.

Essas mudanças inserem-se no conjunto das transformações da geopolítica internacional, com a mudança do eixo da política internacional de Londres para Washington, evidenciando o protagonismo americano. O deslocamento do eixo de poder para a América fez com que os pesquisadores do IHGB buscassem se aproximar das sociedades científicas do continente americano.

A circulação das ideias, a partir da formulação das narrativas produzidas e difundidas pelos institutos históricos revela-se um campo fecundo para a análise. Através de um complexo jogo de articulações, essas associações científicas e seus eventos e publicações, desempenharam um papel preponderante na formulação de pressupostos científicos, na medida em que se colocaram como instituições legítimas de produção e difusão de conhecimento, em especial sobre o passado da nação e dos diferentes espaços regionais do país.

É o caso do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), criado em 05 de agosto de 1920, com o propósito de particularizar a produção de pesquisas sobre o extremo sul do Brasil. A instituição é privada, sem fins lucrativos e foi fundada por iniciativa de Octavio Augusto de Faria, o capitão Manoel Joaquim de Faria Corrêa, o tenente Emílio Fernandes de Souza Docca, Afonso Aurélio Porto, o padre João Batista Hafkemeyer, o desembargador Florêncio de Abreu e o governador do estado, Borges de Medeiros.

O IHGRGS teve como objetivo, no momento de sua criação, desenvolver pesquisas sobre História, Geografia, Arqueologia, Filologia, Antropologia e outros campos do conhecimento. Além disso, a associação científica “preserva a memória rio-grandense através de fundos documentais e acervos bibliográficos que servem, também, para embasar as investigações e a construção de massa

crítica sobre seu objeto de trabalho” (IHGRGS, 2019, p.1).

No histórico da instituição, afirma-se que o IHGRGS é “legatário de uma tradição que começa em 1853, com João Lins Cansanção de Sinimbu, então Presidente da Província. Sinimbu criou o Instituto Histórico da Província de São Pedro, no próprio Palácio do Governo, sendo ele o Presidente” (IHGRGS, 2019, p.1). Entretanto, com a saída de Sinimbu do Rio Grande do Sul, o instituto acabou se extinguindo, ressurgindo somente em 1920 com sua refundação.

Além das atividades de pesquisa, iniciadas em 1920, com sua reabertura, o IHGRGS passou a publicar sua revista, que circulou entre 1921 e 1950. Após ser interrompida por 25 anos, as edições voltaram a circular em 1975. Seguindo a tradição das associações científicas estrangeiras e nacionais, o IHGRGS realizou, desde sua criação, quatro Congressos de História e Geografia, de âmbito nacional [1935, 1937, 1940 e 1945]. Os eventos contaram com a participação de estudiosos das áreas de ciências humanas e sociais, além de pesquisadores de diferentes instituições científicas e culturais nacionais e internacionais.

Vale lembrar os temas que nortearam as discussões das edições dos congressos. O primeiro congresso teve como tema o centenário da Revolução Farroupilha - tema de maior expressão na historiografia sul-rio-grandense - enquanto que a segunda edição discutiu os 200 anos da fundação do Rio Grande, a cidade mais antiga do estado. O III Congresso teve como tema a fundação de Porto Alegre e a última edição, de 1945, tratou do centenário da Paz de Poncho Verde, que pôs fim ao Movimento Farroupilha (1835-1845). Os textos, apresentados nas quatro edições do congresso, foram publicados em Anais e serviram como meio de difusão das pesquisas.

A organização do IHGRS, criado em 1920, revela a preocupação, por parte de uma elite política – como Getúlio Vargas (presidente da república) e Ildo Meneghetti (governador do estado) –, atuantes na vida pública. A preocupação com a escrita sobre o passado do Rio Grande do Sul revelou questões bastante singulares, como a ênfase dada ao movimento social dos Farrapos [tema central do primeiro e quarto congressos], que constituiu-se numa espécie de “mito fundante” da identidade do gaúcho. As pesquisas desenvolvidas na esfera do IHGRGS permitem afirmar os objetivos presentes em suas ações, na medida em que temas como, “os heróis”, “os grandes homens”, os “grandes feitos militares” e a “ação civilizadora do Estado” são recorrentes em suas publicações até a primeira metade do século XX.

As contribuições do IHGRGS para a historiografia sul-rio-grandense são expressivas, aproximando as discussões do âmbito regional e apontando novos problemas de pesquisa, que passam a ser debatidos nas associações científicas, que surgem no interior do estado. Pelotas, Passo Fundo e São Leopoldo são exemplos que passam a “escrever a sua história” e produzir verdadeiros “regimes de historicidade” (HARTOG, 2014).

A Colônia Alemã e a criação do IHSL: a formação de uma nova intelectualidade

Em reportagem de três páginas da *Revista Rua Grande*, periódico que retratava fatos cotidianos, sociais e culturais leopoldenses, o jornalista Ribeiro Pires, fundador e diretor da revista, descreveu a cerimônia de instalação do Instituto Histórico de São Leopoldo, na data de 25 de julho de 1975. As palavras iniciais do jornalista assumem uma conotação poética:

Ele nasceu no entardecer frio e de céu estrelado do ano 151 da imigração alemã, no auditório da Biblioteca Municipal Olavo Bilac. Muito embora o frio gélido do minuano que soprava, havia em todos os corações presentes um calor de reverência e um preito de saudade e reconhecimento ao feito épico dos imigrantes que aqui aportaram em 25 de julho de 1824. O Instituto Histórico de São Leopoldo vai pesquisar a história dessa imigração para contá-la a nós e a nossos pósteros. E dizer com exatidão quão benéfica foi a semente lançada pelos nossos irmãos que no século passado vieram do além-mar, implantando na Feitoria Real do Linho Cânhamo as bases de uma cidade, hoje tão cheia de fé, cultura e trabalho (RUA GRANDE, 1975, p. 23).

Mas, antes de prosseguir com a análise da oficialização e desenvolvimento das atividades do IHSL, convém retomar duas situações emblemáticas para a criação da entidade. A primeira delas remonta ao ano de 1946, poucos meses após o término do regime do Estado Novo: o Congresso de História e Geografia de São Leopoldo.

Naquele ano, comemorava-se o centenário da elevação de São Leopoldo à categoria de vila, o que representava uma autonomia administrativa e política da antiga Colônia Alemã. Deste modo, em 1846, era instalada a primeira Câmara de Vereadores. Alguns anos mais tarde, em 1864, São Leopoldo recebera a ascensão ao grau de Município.

Aproveitando das possibilidades comemorativas da data e, dentro do contexto de redemocratização brasileira após a queda de Getúlio Vargas, o então prefeito leopoldense, o advogado Carlos de Souza Moraes, lança o projeto de um congresso que abordasse aspectos históricos e geográficos de São Leopoldo e do Rio Grande do Sul. Para tanto, Moraes articulou a organização do evento em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Alguns anos mais tarde, Moraes ingressaria como sócio do IHGRGS. Antes disso, já participara de outras entidades intelectuais, como a Academia Rio-grandense de Letras, para qual foi eleito e tomou posse em 1938.

Realizado em julho de 1946, o congresso fomentou a incursão em torno da organização de uma intelectualidade que pesquisasse e discutisse aspectos relativos à imigração alemã. Cabe ressaltar que durante o período estadonovista, imigrantes e descendentes de alemães estiveram entre os grupos étnicos mais perseguidos no Rio Grande do Sul, sofrendo retaliações, em razão de seus

elementos culturais e identitários, como o uso da língua alemã.

Outrossim, o período imediatamente posterior ao fim do regime ditatorial, embora ainda de forma moderada, estabeleceu uma agenda política de restabelecimento de valores e reconfigurações na abordagem histórica, social e cultural sobre o processo imigratório, especialmente de origem germânica, no estado sulino. Na década seguinte, esse repertório intencional ganhou mais ênfase, com a criação de um lugar de memória visando restituir o espaço sociocultural que fora subtraído de imigrantes alemães e seus descendentes: o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL).

Fundado em 20 de setembro de 1959 para salvar do esquecimento, da perda e da destruição, objetos, livros, cartas, jornais, documentos e outros elementos que se referiam à história da imigração e colonização alemãs na região que formava a então Colônia de São Leopoldo, que atualmente abrange os municípios dos vales do Sinos e Caí. O processo de obtenção e organização do acervo para a futura instituição museal iniciou ainda na primeira metade dos anos 1950.

Dentre os responsáveis mais diretos por esse trabalho, estavam o comerciante e pesquisador, Germano Oscar Moehleck e os professores Kurt Schmeling e Telmo Lauro Müller. Moehleck foi presidente do MHVSL por mais de 38 anos, enquanto Müller foi diretor da instituição por mais de 40 anos. Sua primeira sede foi uma pequena sala cedida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Cristo Rei (futura Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS), mantida pelos padres jesuítas. Posteriormente, foi transferido para o prédio de um antigo clube social e, em 20 de setembro de 1985, mudou-se em definitivo para a sede que ocupa até os dias de hoje.

Ao visitar-se as redes sociais do MHVSL, encontram-se as seguintes informações, que demonstram ainda as finalidades iniciais para qual a instituição foi criada: “o acervo de nosso museu conta a saga de um povo que, com força e coragem, ajudou a construir o Rio Grande do Sul (MHVSL, 2019). Além disso, enfatiza que a imigração alemã foi contributa importante para a cultura, arquitetura, política e nas diversas áreas que compõem o cenário em que hoje vivemos. Essa história de trabalho e integração está reunida nos acervos da instituição.

O museu é mantido por uma rede de amigos e mantenedores que, com trabalho voluntário e apoio financeiro, permitem ao museu seguir na sua permanente missão de preservar e divulgar a história às novas gerações. Anualmente, milhares de crianças e jovens têm a oportunidade de usar o museu como sala de aula e a partir das exposições, conhecerem um pouco mais sobre a história de seus antepassados e da região (MHVSL, 2019).

Compreender os dois eventos anteriormente descritos é importante para a percepção da construção intelectual em torno da temática da imigração alemã constituída desde o final do Estado Novo. Além disso, é fundamental para mapear as relações sociais, políticas e intelectuais que são estruturadas, pois, como veremos, agentes sociais que agiram tanto para a realização do congresso

quanto para a fundação do museu, mais tarde estiveram congregados no IHSL.

Retomando a cerimônia de fundação e posse dos sócios do Instituto Histórico de São Leopoldo, ocorrida nas dependências da Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, contou com a presença de autoridades civis, eclesiásticas e militares de São Leopoldo e em nível estadual. Estiveram na composição da mesa oficial o prefeito leopoldense, Henrique da Costa Prietto, jornalista Celito de Grandi (representando o então ministro do Trabalho, Arnaldo da Costa Prietto, irmão de Henrique Prietto), Sejalmo Nery (presidente da Câmara de Vereadores), coronel Jacy Sampaio Moreira (comandante da Guarnição Federal de São Leopoldo), professor Pe. Luiz Marobin, S.J. (vice-reitor da UNISINOS), professor Ir. Liberato (Vice-reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS), Dr. Werner von Beyme (cônsul geral da República Federal da Alemanha no Rio Grande do Sul) e Rodolfo Englert (presidente da Comissão Estadual da Imigração Alemã nos Festejos do Biênio da Imigração e Colonização 1974-1975).

Um dos momentos mais importantes do cerimonial foi a posse dos primeiros 20 sócios da entidade: Helga Piccolo (professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS), Ramiro Frota Barcellos (médico e escritor), Angela Sperb (professora), Bertholdo Weber (pastor luterano), Carlos Henrique Hunsche (comerciante, escritor e genealogista), Adolfo Zimmermann Neto (engenheiro), Germano Moehlecke (comerciante e pesquisador), Moacyr Domingues (militar e pesquisador), Arthur Rabuske (padre jesuíta e pesquisador), Guilherme Rotermund (advogado e pesquisador), Milton Valente (padre jesuíta e professor), Ruben Neis (padre jesuíta e pesquisador), Leandro Silva Telles (bacharel em Direito e pesquisador), Klaus Becker (historiador), Sérgio Dillenburg (jornalista), Carlos de Souza Moraes (advogado, político e escritor), Liene Maria Martins Schütz (professora), Pedro Ignácio Schmitz (padre jesuíta, professor e arqueólogo), Telmo Lauro Müller (professor) e Walter Koch (professor). A ordem dos confrades e confreiras está de acordo com as cadeiras que ocuparam na entidade. O primeiro presidente do IHSL foi Telmo Lauro Müller, que ocupou a função por mais de 25 anos.

A nominata dos integrantes do IHSL e as funções e/ou formações que possuíam demonstram uma multiplicidade de visões: professores (especialmente no campo da História e Linguística), jornalista, padres, pastor luterano, médico, militar, engenheiro, comerciante. Além disso, dos vinte associados, nove residiam em São Leopoldo, sete em Porto Alegre, uma em Novo Hamburgo, uma em Portão, um em Gramado e um morava em Canoas. Outro ponto interessante deste grupo inicial é a presença feminina: foram apenas três mulheres sócia-fundadoras.

Hoje, o Instituto Histórico de São Leopoldo conta com 30 associados, sendo quinze mulheres e quinze homens. Destes, a maioria de professores e professoras que atuam no ensino e pesquisa nos campos da História, Letras, Sociologia, Antropologia, Educação, Filosofia, Teologia e

Patrimônio, além de contar com arquiteto e proprietário de editora.

Outro marco importante, que contribuiu decisivamente para a criação da entidade - e que hoje constitui o principal espaço de ampliação e divulgação de pesquisas em torno da temática das migrações, não mais apenas a alemã - foi o Simpósio de História da Imigração e Colonização. A primeira edição ocorreu em setembro de 1974, dentro das atividades alusivas ao Sesquicentenário da Imigração Alemã, inseridas nas festividades do Biênio da Imigração e Colonização. Sua organização foi capitaneada por futuros membros do IHSL.

Posteriormente, foram realizadas outras edições bienais, sendo que a mais recente ocorreu em setembro de 2018. Desde a edição do ano 2000, o evento passou a contar com o apoio, em sua execução, do Programa de Pós-graduação em História da UNISINOS, passando também a ser realizado nas dependências do campus da instituição (anteriormente era realizado na Biblioteca Pública ou nas dependências da Antiga Sede da UNISINOS). Com essa parceria, o evento passou a adotar uma perspectiva mais acadêmica, ao mesmo tempo em que assumiu uma dimensão internacional.

Pode-se pensar a relação próxima entre o MHVSL e o IHSL, a partir do fato de que a confraria, que congrega os membros do IHSL, tem sua sede e realiza, mensalmente, suas reuniões, nas dependências do MHVSL. No segundo andar do museu se encontra a sala de reuniões da confraria, que conta com mesas e cadeiras identificadas com seus patronos, e cujos nomes estão inscritos nas cadeiras ocupadas pelos confrades. Sobre este aspecto, a lista de patronos das referidas cadeiras - adotando um simbolismo presente em outras instituições intelectuais, como o IHGB, a Academia Brasileira de Letras, o IHGRGS - homenageia personagens históricos que, nos séculos XIX e XX, estiveram vinculados com a imigração alemã ou atuaram em algum campo da sociedade.

As três primeiras cadeiras, homenageiam, respectivamente, autoridades nacionais, estaduais e locais, que desempenharam papel decisivo na vinda e na distribuição das primeiras levas de imigrantes em solo sul-rio-grandense. São enaltecidos os nomes da imperatriz Leopoldina, do presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Visconde de São Leopoldo, e o agrimensor e primeiro diretor da Colônia Alemã de São Leopoldo, José Thomaz de Lima. Também há cadeiras que prestam tributo aos líderes religiosos coloniais, tanto católicos quanto luteranos: pastor Johann Ehlers (cadeira n.4), padre Ambrósio Schupp, S.J. (n.9), pastor Wilhelm Rotermund (n.10), padres Carlos Terschauer, S.J. (n.11), Theodor Amstad, S.J. (n.12), João Hafkmeyer, S.J. (n.15) e Luiz Gonzaga Jaeger, S.J. (n.18). Destes religiosos, boa parte também se dedicou intelectualmente a escrever sobre episódios da imigração alemã, como o episódio da Batalha dos Mucker, de caráter messiânico, ocorrido entre 1868 e 1874 no morro Ferrabrás, na localidade de

Sapiranga, em São Leopoldo, culminando com a ação repressiva do Exército Imperial e a morte da líder do grupo, Jacobina Mentz Maurer.

Outras cadeiras homenageiam lideranças sociais e políticas, como o coronel João Daniel Hillebrand (n.5), o major Leopoldo Petry (n.17), coronel Aurélio Porto (n.16) e os deputados Karl von Koseritz (n.8), no período imperial, e Arno Phillip (n.14) e Lindolfo Collor (n.19), já na República. Estes, além das atividades políticas, também produziram escritos abordando aspectos da sociedade de origem alemã no Brasil e suas contribuições. É o caso de Aurélio Porto e sua obra *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul, de 1934*. E, por fim, aquelas que homenageiam os que se destacaram em áreas como a Engenharia - Alphonse Mabilde (n.6) -, Arquitetura - João Grünewald (n.7) -, Artes - Pedro Weingartner (n.13) - e na Literatura, como Erich Fausel (n.20).

Concomitante a isso, percebe-se que, desde sua fundação, pessoas ligadas diretamente ao museu, como Müller e Moehlecke, fizeram parte da confraria intelectual. Diante desses elementos, torna-se inevitável a associação das duas instituições, uma vez que, estando o instituto histórico sediado no museu da imigração alemã, ambas as instituições acabam desempenhando uma função que Ribeiro (2018, p.51) chamou de *caráteres cívico, didático e científico*.

A expografia presente no museu revela uma visão positiva da imigração alemã e de sua contribuição para com a sociedade hospedeira, que recebera estes imigrantes desde 1824. Assim, os objetos que integram os espaços apresentam imigrantes e descendentes bem-sucedidos, em áreas como a economia e mundo empresarial, as famílias mais abastadas de São Leopoldo e região, as dinâmicas da sociabilidade, dos espaços culturais e educacionais, além de destacar a presença nos conflitos bélicos - sobretudo do século XX, como a Guerra dos Farrapos (1835-1845) e a Guerra do Paraguai (1865-1870). E nesse espaço físico é que, desde sua criação, ocorreram as sessões do IHSL, o que leva a comprovar que ambos têm forte relação.

Entretanto, no que confere ao prisma das construções intelectuais, acerca da historiografia sobre a imigração alemã e seus desdobramentos, o passar dos anos tem possibilitado pontos de divergências entre o discurso e a narrativa do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo e as pesquisas e produções do Instituto Histórico de São Leopoldo.

A salvaguarda da memória: a produção da escrita sobre a imigração alemã

Entre os dias 12 e 15 de setembro de 1974, dentro das comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul, ocorreu o I Simpósio de História da Imigração e Colonização. A idealização da atividade coube aos integrantes da subcomissão de Assuntos Históricos e Culturais, sendo sua execução capitaneada por um grupo de trabalho, composto por Carlos de Souza Moraes, coronel Moacyr Domingues, Klaus Becker, padre Arthur Rabuske, S.J. e

Telmo Lauro Müller, que acumulou a função de coordenador geral do Simpósio. Como vimos anteriormente, estes intelectuais compuseram, a partir de 1975, o quadro dos primeiros sócios do Instituto Histórico de São Leopoldo.

Inserido numa perspectiva comemorativa, o simpósio também tinha uma intencionalidade de caráter enaltecendor: identificar e valorizar as contribuições de imigrantes alemães e seus descendentes para a sociedade receptora, ou seja, o Rio Grande do Sul e o Brasil dos séculos XIX e XX. Essa agenda política, ficou evidenciada no texto escrito por Rodolfo Englert, posteriormente, nos Anais do evento:

No contexto sociológico brasileiro encontramos nítida e positiva a marca da gente germânica, trazendo seus hábitos, seus costumes, suas tradições e duas experiências, enriquecendo o patrimônio nacional. A obra dos imigrantes alemães, desde a constituição dos primeiros núcleos de colonização, o surgimento das comunidades e a formação dos centros de intensa vida econômica, é um acontecimento merecedor do mais acurado estudo (ANAIS, 1974, p. 4).

A narrativa de Englert exemplifica o fio-condutor que delineou o corolário argumentativo das intervenções ocorridas durante o simpósio. A análise mais crítica dos textos resultantes das apresentações de estudos evidenciam uma abordagem mais edificante da imigração alemã, seus contributos e benefícios. Aspectos mais polêmicos não foram contemplados ou, quando trazidos para exposição, relativizados. Durante os dias do evento, os estudos apresentados foram divididos em sessões de trabalhos, perfazendo um total de dezenove apresentações. Deste número, sete expositores ingressaram, no ano seguinte, nas fileiras do IHSL. Os demais possuíam ligações com outras confrarias intelectuais, como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Contemplando os temas que foram escolhidos como objetos de estudo, neste primeiro simpósio, pode-se enquadrá-los nos seguintes enfoques: 1) biográficos; 2) contribuições socioculturais e econômicas; 3) espaços de sociabilidade; 4) o episódio Mucker e, 5) locais de memória. Neste artigo, nos deteremos em analisar as duas primeiras divisões temáticas.

No primeiro grupo, se coadunam as pesquisas de Rodolfo Englert, ao destacar aspectos da vida do professor Luiz Englert (seu avô, que fora político no início da República no Rio Grande do Sul); do general Mário Fonseca, abordando a trajetória pessoal e política de seu pai, o coronel Theodomiro Porto da Fonseca, ex-prefeito leopoldense e deputado federal constituinte; e tenente-coronel Henrique Oscar Wiederspahn, que homenageou seu pai, o engenheiro Henrique José Wiederspahn.

O padrão narrativo dos três textos é o mesmo: um breve histórico sobre os personagens,

conduzida de forma cronológica, exaltando seus méritos pessoais e feitos enquanto agentes políticos, sociais e profissionais. Além disso, corroboram para com uma percepção pacifista e operosa das relações sociais entre imigrantes e os cidadãos locais. Exemplo tem-se na escrita de Mário Fonseca:

Theodomiro, sem uma gota de sangue germânico. Por quê? Porque nele, se não falou, a voz do sangue dos imigrantes alemães, prevaleceu a força telúrica da terra e a inspiração da consciência nacional. [...] o gaúcho, particularmente, já era assim - acolhedor e fraterno. [...] apesar de Emílio Willens ter considerado a assimilação um processo inteiramente distinto da miscigenação, nós aqui, os brasileiros de descendência lusitana, conseguimos fundir os dois processos, harmoniosa e vitoriosamente (ANAI, 1974, p.169).

Como percebe-se, o tom empregado é relativizador, não equacionando eventuais problemas ou conflitos, mas reafirmando que o processo de integração social entre imigrantes e nacionais se deu de forma harmoniosa, exaltando o sentimento de acolhimento e de generosidade do povo sulino. Ao mesmo tempo em que ocorre a perpetuação de um modelo biográfico, calcado na linearidade, também se estabelecem marcos discursivos e representativos, difundidos no senso comum, sobre a presença imigrante, fortalecendo um imaginário construído nas crenças de apatia política, de pensamento ordeiro e bem-sucedido, rotulando alemães e descendentes como um *modelo a ser copiado*.

O segundo campo temático, recai sobre as contribuições que imigrantes e descendentes realizam para com o Brasil, especialmente nas áreas econômica e sociocultural. Partindo da contribuição de nobres germânicos em solo rio-grandense, por Armindo Lauffer, até a análise do processo migratório, dos costumes e influências, em pesquisa realizada por Liene Martins Schütz, encontra-se, novamente o escopo da narrativa embasado no discurso positivador, sem aprofundar incongruências ou complexificar afirmações - assim como as fontes e metodologias empregadas. Ao focar a questão da participação política de imigrantes alemães nas primeiras décadas da colonização, após a chegada ao Brasil, Liene Schütz assevera que:

No início, os imigrantes pouco se importaram com as atividades políticas, de vez que, em sua terra de origem só era acessível às classes mais elevadas. Não eram estimulados a tomar posição de relevância administrativa, muito menos política, uma vez que suas opiniões, por serem estrangeiros, eram desvalorizadas. Ser estrangeiro, restringia o campo de ação; a ação política específica era considerada privilégio dos grandes proprietários portugueses. As leis brasileiras lhes impunham todos os deveres de cidadãos natos. A marginalização política dos imigrantes só aos poucos foi solucionada. Modificou-se por volta de 1848, quando começaram a entrar imigrantes políticos, os quais procuravam seus compatriotas para uma maior manifestação no setor (ANAI, 1974, p.307).

Do ponto de vista historiográfico, a apreciação metodológica e a leitura das fontes estavam embebidas de uma interpretação superficial dos documentos, por parte de alguns pesquisadores, enquanto outros enquadraram seus objetos e lentes de apreciação pelo viés econômico, sem atentar para outras variantes. No caso exposto anteriormente, a leitura empregada por Schütz está inserida nessa conjuntura, retirando dos documentos e das versões orais apenas uma parte dos fatos, endossados com um discurso mais enaltecido do que comprometido com a criticidade. Durante as duas décadas seguintes, uma considerável parte dos historiadores, assim como da sociedade regional, defenderam essa versão histórica.

Em 1997, o historiador Marcos Justo Tramontini, vinculado ao Instituto Histórico de São Leopoldo desde o ano de 1993 (onde permaneceu até seu falecimento, em 2004), defendeu sua tese de doutoramento em História, na PUCRS, abordando a organização social dos imigrantes alemães nos primeiros vinte e seis anos da Colônia de São Leopoldo, entre 1824 e 1850. Seu trabalho é considerado até hoje um *divisor de águas* na historiografia sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul e no Brasil.

O mérito do trabalho de Tramontini reside - além do levantamento e análise pormenorizada de fontes documentais e de uma pertinente discussão bibliográfica - em questionar discursos já enraizados no meio social comum e na própria historiografia, demonstrando, por meio de uma rigorosa pesquisa e com o uso de novas compreensões teóricas e metodológicas, que imigrantes alemães, desde o princípio da colonização, buscavam espaço na sociedade hospedeira.

Alargando a compreensão do político para além de cargos e partidos, advindos da renovação neste campo temático, influenciado por trabalhos como o de René Rémond (2003), mostrou que a sociedade imigrante e seu relacionamento com os nacionais era marcada pela complexidade, pelos conflitos, arranjos, estratégias e desejo de exercer cidadania. Deste modo, Tramontini contribuiu para uma mudança nas percepções historiográficas sobre a imigração alemã não apenas no espaço acadêmico, mas dentro do próprio Instituto Histórico de São Leopoldo, onde participou por onze anos.

A segunda metade da década de 1990 e, especialmente, a partir dos anos 2000, representou um avanço significativo nas abordagens sobre imigração, especialmente a alemã. Isso se deve, em grande parte, pela influência da chegada de outras perspectivas teóricas e metodológicas ao Brasil, como a Nova História Política, a chamada Nova História Cultural, a Micro-História italiana.

Essa *revolução* permitiu ampliar as possibilidades temáticas, o uso mais diversificado de fontes, novos aportes metodológicos e a interação entre campos de estudos, como a Antropologia, Sociologia, Linguística, Ciência Política, entre outros. Como vimos anteriormente, essa

diversificação de áreas de pesquisa e pesquisadores adentrou também no IHSL. Se, nos primeiros tempos da confraria, os seus integrantes vinham de áreas nem sempre ligadas diretamente ao meio acadêmico, mas tinham reconhecimento por sua inserção social ou pesquisas mais diletantes, a partir dos anos 1990, seus ocupantes passaram a ser, majoritariamente, de pesquisadores acadêmicos.

Essa alteração interna também influenciou os simpósios ocorridos após 2000. A parceria entre o IHSL e o Programa de Pós-graduação em História da UNISINOS, a partir do trabalho realizado por Marcos Justo Tramontini, Arthur Blásio Rambo e Martin Norberto Dreher - que, além de sócios da entidade, eram professores da Universidade -, alavancou o contato da confraria com o panorama nacional e internacional das pesquisas que vinham se constituindo no campo das migrações e seus desdobramentos.

Essa interação possibilitou que o IHSL reassumisse um papel de protagonismo na produção, debates e difusão da historiografia sobre imigração alemã, tanto em nível nacional como no exterior. Exemplo disso, ocorreu em 2018, quando foi realizada, no mês de setembro, a 23ª edição do Simpósio de História da Imigração e Colonização e o Seminário Internacional *Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos*, com o objetivo de refletir justamente sobre as mudanças no campo conceitual e das metodologias aplicadas nos estudos migratórios, fazendo um balanço destas transformações. Ao mesmo tempo, além das conferências e debates com pesquisadores brasileiros e estrangeiros, mais de 150 trabalhos foram apresentados, abarcando temas como religião, educação, patrimônio, política, relações interétnicas, gênero, criminalidade, entre outros.

Posto isso, é cabível dizer que o Instituto Histórico de São Leopoldo vivenciou um significativo processo de ambivalência: foi influenciado pelas mudanças internas - mudanças no seu quadro de sócios e perfil dos mesmos - e externas - as renovações no campo historiográfico -, ao mesmo tempo em que se tornou um pólo dinamizador de pesquisas renovadas no campo migratório. E, conforme destacamos anteriormente, embora exista uma relação muito próxima entre o IHSL e o MHVSL, tem ocorrido, do ponto de vista de percepção historiográfica, um distanciamento entre as duas entidades.

Durante mais de vinte e cinco anos, a proximidade intelectual entre as duas instituições se devia, em grande parte, por conta da liderança de Telmo Lauro Müller, que ao mesmo tempo em que dirigia o MHVSL, era presidente, desde a fundação, do IHSL. E, com isso, acabava conformando as diretrizes e caldeamento historiográfico de ambos de acordo com sua interpretação e posicionamento sobre a imigração alemã - diametralmente vinculada com uma narrativa exultante e laudatória da mesma.

Atualmente, o IHSL possui uma outra perspectiva e abordagem em sua configuração, tanto de membros, como de plataforma intelectual. Enquanto isso, o MHVSL, em decorrência de mudanças em sua gestão, concepção museográfica e historiográfica, na mudança de diretorias e funcionários, passa por oscilações: ora com uma concepção mais aberta e solícita para com as mudanças socioculturais, ora mais afinada com as construções memorialísticas e de cunho *germanófilo*. E, no momento, essa segunda forma de *se ver* e *se contar* a história da imigração alemã é a adotada pelo museu.

Considerações finais

Compreender o processo de constituição de uma classe ou elite intelectual no Brasil, vinculadas com entidades como os institutos históricos, configura em uma importante e necessária contribuição para a historicização dos elementos constitutivos do pensamento social em nosso país. Ao mesmo tempo, verticalizar as lentes e os objetos de enfoque para os institutos regionais e locais, permite descortinar os múltiplos níveis de interação, recepção, delineamento e divulgação de ideias, narrativas, representações e discursos sociais, culturais e históricos. A partir destes estudos relacionais, o mapeamento da circularidade das ideias se torna mais amplo e complexo, assim como as formas de reapropriação e ressignificação do que era e é transmitido.

Analisou-se o Instituto Histórico de São Leopoldo, a partir de uma leitura crítica sobre a constituição desta confraria intelectual, sobre a conjuntura de sua criação, sobre seus integrantes e, principalmente, sobre a evolução de suas narrativas, discursos e contribuições para com a historiografia dedicada à imigração alemã no Rio Grande do Sul e no Brasil. Percebendo o IHSL como um espaço de intercâmbio entre a apreciação histórica diletante e a acadêmica, com mudanças consideráveis no *peso* de ambas no cerne da entidade, também pode-se vislumbrar, de forma consistente, as continuidades e rupturas nas elaborações de diagnósticos sobre a atuação e o contexto do desenvolvimento migratório.

Reconhecer as disparidades entre os diversos entes, encarregados da salvaguarda e da perpetuação da memória imigrante – neste caso, o IHSL e o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. E, por fim - mas não menos importante – , o estudo pormenorizado e crítico destas confrarias intelectuais é necessário para uma percepção mais completa da própria construção e evolução histórica das Ciências Humanas e Sociais, tendo em vista que os institutos históricos foram, durante muito tempo, o *locus* conformador e irradiador de visões sobre o país, as províncias e estados, sobre cidades e, por obviedade, acerca da sociedade brasileira e suas singularidades e pluralidades.

Referências

- ANAIIS DO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA Realizado na cidade de São Leopoldo por motivo da passagem da data centenária de sua municipalização. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1947.
- ANAIIS DO 1º SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL. São Leopoldo: Rotermond, 1974.
- BEIGEL, Fernanda. Científicos Periféricos, entre Ariel y Calibán. Saberes Institucionales y Circuitos de Consagración en Argentina: Las Publicaciones de los Investigadores del CONICET. *Dados*, Rio de Janeiro, v.60, n.3, p.825-865, set. 2017.
- BLANCO, Alejandro. Ciências sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). *Tempo soc.*, São Paulo, v.19, n.1, p.89-114, jun. 2007.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 2002.
- CARDOSO, Vânia Z. Narrar o mundo: estórias do "povo da rua" e a narração do imprevisível. *Mana*, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.317-345, out. 2007.
- CORREA, Silvio Marcus Souza. História local e seu devir historiográfico. *Métis: história & cultura* – v. 2, n. 2, p. 11-32, jul./dez. 2002.
- GUIMARÃES, Lúcia M. P. Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922). *Topoi*, Rio de Janeiro, v.6, n.10, p.192-212, jun. 2005.
- GUIMARÃES, Lúcia M. P. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v.24, n.48, p.145-170, 2004.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- IUMATTI, Paulo T.; NICODEMO, Thiago L. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v.38, n.78, p.97-120, ago. 2018.
- KEARNEY, Richard. Narrativa. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v.37, n.2, p. 409-438, ago. 2012.
- KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.*, Belém, v.5, n.2, p.253-272, ago. 2010.

MHVSL - Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Disponível em: <https://www.facebook.com/mhvsl/>. Acesso em: 19 fev. 2019.

MUELLER, Helena Isabel. Os ativos intelectuais católicos no Brasil dos anos 1930. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v.35, n.69, p.259-278, jun. 2015.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v.30, n.59, p.37-52, jun. 2010.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *História*, Franca, v. 26, n.1, p.154-178, 2007.

PIÑERO, Eugenio. La historia no es un arte. La historia es una ciência. II Congreso Internacional História a Debate, v. 2, Santiago de Compostela: 14- 18/07/1999. *Anais*, Santiago de Compostela, 1999.

RÉMOND, R. *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

REVISTA RUA GRANDE. São Leopoldo, n. 526, ano XI, 1º/08/1975, p. 23-25.

RIBEIRO, David W. A. Uma exposição para o IV Centenário de São Paulo: um historiador português narra a “história bandeirante”. *An. mus. paul.*, São Paulo, v.26, e23, p.1-65, 2018.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 231-269.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *Organização Social dos Imigrantes. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.